

Projeto Curupira: Acessibilidade e Educação Inclusiva no CEFET-AM.

Dalmir PACHECO (1); Liliane MELO (2); Marcelo ZACARIAS (3)

(1) Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas – CEFET-AM, Avenida Sete de Setembro, 1975, Centro.

Manaus – AM, 92- 3621-6768, 92-3621-6736, e-mail: dalmirpacheco@gmail.com

(2) CEFET-AM, e-mail: lilianebrito@cefetam.edu.br

(3) CEFET-AM, e-mail: marcelopsi2@gmail.com

RESUMO

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), enquanto instituição formadora e historicamente bem conceituada na sociedade amazonense, não poderia se isentar da empreitada pela valorização e inclusão social das pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE), promovendo a interação dos alunos especiais nas salas regulares do ensino superior. O Projeto CURUPIRA, aprovado no edital nº.003/2007 Incluir/MEC-SESu, trabalha em ações de sensibilização, interação e valorização de PNEE junto à comunidade do CEFET-AM; Faz a orientação pedagógica e psicológica de professores e técnicos desta IFES a respeito de assuntos relativos à educação inclusiva; e, incentiva o desenvolvimento, pelos alunos dos cursos tecnológicos e licenciaturas, de instrumentos didáticos, e soluções integradas que promovam a acessibilidade, mobilidade e a integração de PNEE. Dentre suas metas podemos destacar a inserção no projeto pedagógico do CEFET-AM de orientações que proporcionem diversificação e flexibilização do processo ensino-aprendizagem no currículo escolar, ação que já obteve resultado positivo com a adequação dos projetos dos cursos de licenciaturas em química e ciências biológicas. A capacitação de servidores e discentes é uma das prioridades do Projeto CURUPIRA que já está capacitando 30 servidores e alunos na língua brasileira de sinais (LIBRAS), e mais de 180 profissionais e estudantes foram certificados como participantes da Mesa redonda sobre políticas públicas de educação e trabalho para pessoas com deficiência. Além disso, o projeto promove o acesso de PNEE ao exercício de atividades criativas no campo das letras e representações artísticas; Para tanto, foram criados grupos de estudos sobre educação inclusiva, grupos de pesquisa sobre acessibilidade física e grupo de dança experimental em parceria com uma instituição de apoio a pessoas com deficiência. As ações do Projeto Curupira são norteadas pela missão de oferecer condição de convivência e equidade de condições, agindo em busca da autonomia e da igualdade na diversidade.

Palavras-chave: educação inclusiva, educação especial, acessibilidade, CEFET-AM, PNEE.

1. INTRODUÇÃO

Os resultados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam a existência de aproximadamente 15% de brasileiros com dificuldades auditivas, visuais, físicas ou mentais. Nunca se debateu tanto a respeito de educação e trabalho para portadores de deficiência. São inúmeros projetos de ação, públicos e privados, implantados ou a serem implantados.

O dia-a-dia, não condiz com as estatísticas estabelecidas. Mesmo a despeito dos avanços sociais conquistados pelos PNEE, são elevados os números de deficientes que estão relegados a uma vida improdutiva, isolados nos guetos, sejam das famílias ou de alguma instituição, distantes de seus direitos, condenados a uma existência anônima e esquecidos no vale da cidadania.

Entendemos assim, que o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), enquanto instituição formadora e historicamente bem conceituada na sociedade amazonense, não poderia se isentar dessa empreitada pela valorização e inclusão social das PNEE. Oferecendo condições de ensino-aprendizagem que promovam a interação dos alunos especiais nas salas regulares. O dia-a-dia com alunos especiais nos despertam a urgência em oferecer um atendimento singular, sem pieguice e assistencialismo.

O Programa INCLUIR constitui-se em uma iniciativa da Secretaria de Educação Especial e da Secretaria de Educação Superior que visa implementar política de acessibilidade plena de pessoas com deficiência à educação superior. Esta iniciativa é vista como importante instrumento para promover a eliminação de barreiras pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação e efetivação da política de acessibilidade universal, em seu Edital Nº. 003/2007 teve como objeto selecionar propostas de Criação de Núcleos de Acessibilidade e Reestruturação de núcleos de acessibilidade já existentes nas instituições proponentes.

O Projeto CURUPIRA/CEFET-AM surgiu tendo em vista a busca por resposta para questionamentos tais como: Por que as Pessoas com Necessidades Especiais ainda continuam sua peregrinação em busca da cidadania, se a legislação existente já trás pressupostos de obrigação as instituições públicas de ensino para inclusão destas, a exemplo da Lei Federal No 7.853, de 24 de outubro de 1989? Contudo, apesar da obrigatoriedade legal, o mercado, a escola, a família (inclusive) e a sociedade não assumem esse "problema". A missão do Projeto CURUPIRA/CEFET-AM é oferecer condições de convivência e equidade de condições.



Figura 1 – Folder de divulgação do Projeto, seus objetivos e atividades.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Em um mundo marcado pela efemeridade de tempo e espaço, a natureza multicultural é colocada em xeque, quando diferentes contextos, culturais, religiosos, políticos e econômicos são confrontados, exigindo uma postura de tolerância diante da diversidade. Desta feita diferentes seguimentos são instados a oferecer alternativas para essa nova realidade vivenciada pela humanidade.

Segundo Morin (2001), o desenvolvimento de nossa civilização individualista tende a degradar as solidariedades pessoais que, em graus diferentes, existiam no passado, inicialmente na família ampliada, nas cidadezinhas que, muitas, desapareceram, nos bairros. Ao mesmo tempo, foram organizadas solidariedades necessárias, como a Seguridade Social. No momento em que a pessoa precisaria de solidariedade imediata, pessoal, amigável, constatamos, no entanto, uma carência de nossa civilização.

Os debates e a elaboração de políticas públicas envolvem uma variedade de atores tais como: empresários, economistas, médicos do trabalho, Ministério Público, Sindicatos, parlamentares, instituições sem fins lucrativos e os portadores de necessidades especiais. O Setor educacional, assim como outras, também é chamado a pensar e repensar seus modelos de ensino, sendo que agora, precisa de propostas que vão ao encontro dos anseios por uma postura plural diante da heterogeneidade humana e comportamental.

Neste mundo em constante transformação a educação ganha papel de destaque, porque se constitui na “mais humana” das práticas. A educação será tanto melhor, quanto mais possibilitar, no homem, o desenvolvimento de sua capacidade crítica e reflexiva em níveis tais que lhe garantam a autonomia e independência, permitindo contemporizar providência que envolva mudanças radicais e que exigem tempo para serem debatidas em sua natureza e em suas práticas. (EDLER, 2004).

Contudo, a retórica parece ser o princípio de tudo quando se refere as Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (PNEE), que assim como os ditos normais, têm as mesmas necessidades, sejam elas, materiais, econômicas ou afetivas. Dentre os inúmeros motivos podem estar o descaso, a discriminação, os preconceitos, a falta de esclarecimentos e tantos outros. A ignorância decorre tanto da ausência de conhecimentos, como da presença de idéias falsas. A ignorância em si não faz nascer o preconceito, mas possibilita o seu desenvolvimento. (CIDADE, 2001).

Segundo Mazzota (2001), a defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, individuais ou não, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiências podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais a partir de meados do século XX.

Nas últimas décadas do século XX, com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 2000), assim como outras leis inovadoras, foram estabelecidas normas quanto ao tratamento a ser dado aos portadores de alguma deficiência, tendo como princípio básico a inclusão social dessa categoria, passando mais precisamente, pela formação educacional e profissional. De acordo com a legislação existente (e não é pouca) devem ser criadas condições para inserção social do deficiente. Distanciando-se de um consenso social pessimista, fundamentado basicamente na idéia da condição de “incapacitado”, “deficiente”, “inválido” (MAZZOTA, 2001).

Destacamos o decreto que regulamenta a lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que em seu artigo 2º preceitua que cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos da educação, e de outros que, decorrente da Constituição e das leis, propiciem seu bem estar pessoal, social e econômico. (ANAMT-AM, 2001)

Constata-se que na busca pela queda das barreiras físicas, temos que derrubar primeiramente as barreiras atitudinais, que vão além da existência de uma legislação. Segundo Cidade (2001), o mundo físico, este criado pelo homem, para o homem dito normal, é o ambiente e suas barreiras. As outras pessoas são as que com seus costumes, valores, atitudes e expectativas sociais excluem por preconceito, desconhecimento ou desvalorização a pessoa portadora de deficiência do convívio e dos benefícios que a sociedade oferece.

Hoje se constata o acesso cada vez mais freqüente de pessoas com necessidades especiais às escolas regulares. Os números do Ministério da Educação (MEC) mostram que a inclusão está aumentando. De acordo com os números do Censo Escolar (INEP, 2006) houve um aumento significativo no registro do atendimento inclusivo, passando dos 24,7% em 2002 para 46,4% em 2006 em todo o Brasil. Números

semelhantes podem ser encontrados no Estado do Amazonas, onde as matrículas em educação especial, nas escolas regulares ou classe comum, saltaram de 6,6% em 2002 para 24,0% em 2006.

Contudo, esses números referem-se principalmente ao ensino fundamental e médio, em relação ao Ensino Superior os números não são tão representativos. Segundo Pacheco e Ristoff (2004), uma projeção do crescimento inercial do setor, mantida a tendência de 13% observada no Censo de 2002, revela que em 2010 o número de alunos matriculados em cursos presenciais de Ensino Superior supera a marca de nove milhões de estudantes.

Para receber esse contingente, novos procedimentos devem ser estabelecidos, para atender a contento as necessidades desta clientela. Caso contrário à inclusão dos alunos com deficiência nas classes regulares, será um mero paliativo. A esperança de inclusão dos enormes contingentes que buscarão educação superior nos próximos anos, portanto passa por políticas de fortalecimento do setor público de ensino.

O sistema educacional brasileiro tem como princípio a educação para todos, sabendo respeitar e conviver com as diferenças. “A base do paradigma inclusivista é, portanto, a crença na sociedade para todos; não cabe somente aos indivíduos com deficiência se integrar à sociedade: é preciso que ela também se transforme para acolher todos os seus cidadãos” (BARTALOTTI, 2006). Para tanto, espera-se que o nível de entendimento do que seja educação inclusiva, vá além da relação professor-aluno. Paulon et al (2007) afirma que devemos entendê-la como um princípio de educação para todos e valorização das diferenças, que envolve toda comunidade escolar.

Segundo Caiado (2003), entende-se que a aprendizagem humana se dá com base na convivência social, na apropriação das atividades concebidas pelos homens, pela internalização dos significados sociais. Assim, o homem conhece o mundo pela atividade simbolizada nas relações sociais. Logo, saímos de uma compreensão em menor escala e passamos para um conceito mais amplo, que é a Inclusão Social, sendo este um processo onde a sociedade se reorganiza para criar condições de inclusão. Portanto, inclusão se apresenta como uma ação mais ampla, mais holística, onde as pessoas com deficiências, tendo os parâmetros sociais como referências, poderão assumir seus papéis sociais.

3. O PROJETO CURUPIRA/CEFET-AM

O Sistema CEFET AMAZONAS é formado por três Unidades de Ensino, sendo elas, a Unidade Sede e Unidade de Ensino Descentralizada de Manaus (UNED-MANAUS), e a Unidade de Ensino Descentralizada de Coari (UNED-COARI), esta última no interior do Estado.

O CEFET-AM oferece ensino Médio, Profissional e Superior, sendo a educação profissional, nos níveis básico e técnico; e o ensino superior com cursos Tecnológicos e Licenciaturas. Atualmente, cerca de 5000 alunos, entre jovens, adultos e trabalhadores, circulam diariamente nas duas Unidades de Manaus. Também, estão previstas as construções de quatro novas unidades de ensino, no interior do Amazonas, o que trará um incremento significativo ao universo de alunos e servidores, justificando a intensificação das ações do Projeto Curupira, junto à clientela que necessita de atenção diferenciada.

A escolha do nome “CURUPIRA” foi baseada na mitologia indígena que identifica este Ser mitológico, e figura popular no folclore de todo o Brasil, como o protetor das caças e dos animais indefesos, que vive no corpo de um menino, e tem os calcanhares voltados para frente, e os dedos para trás. O Curupira é o “deus” que protege a floresta. (ROCQUE, 1968).

Com o lançamento do Projeto Curupira ocorrido no dia 4 de setembro de 2007, norteados pelo princípio da educação inclusiva, a comunidade cefetiana do Amazonas começou a ter outro olhar em relação às pessoas com necessidade especiais, distanciando-se de um modelo assistencialista e assumindo uma postura de valorização do ser humano. Afinal, como constatado por Correia e Moreira (2007) se os estudos e pesquisas no ensino fundamental avançaram no atendimento aos alunos com alguma necessidade educacional especial, de ordem física, auditiva, visual, múltipla e altas habilidades, quando eles chegam ao ensino superior essa atenção praticamente cessa.

Neste contexto, as atividades do projeto concentraram-se no trabalho de sensibilização da comunidade escolar, e dentre as várias atividades realizadas podemos destacar a realização de palestras e seminários sobre o tema Educação Especial envolvendo a participação de mais quinhentas pessoas. Resultado este evidenciado pelos participantes da Mesa Redonda sobre Políticas Públicas em Educação e Trabalho para

Pessoas com Deficiências onde foi registrado o dobro do número de inscrições previstas, alcançando um total de 450 participantes que durante dois dias discutiram, debateram e se atualizaram sobre a temática.



Figura 2 – Folder de divulgação da Mesa Redonda.

A participação nos seminários realizados de alunos de escolas particulares de ensino de graduação também permitiu a formação de grupo de voluntários para apoio nas atividades técnico-científicas com envolvimento de pessoas com deficiências.



Figura 3 – Alunos voluntários.

O projeto visava o desenvolvimento de ações que atingissem parcela de 800 pessoas da comunidade do CEFET – AM, constituída de professores, técnico-administrativos e estudantes. Meta esta que, para nossa satisfação, foi atingida e superada em mais de 100%.

Associado ao Projeto CURUPIRA esta o Curso Eficiência de qualificação profissional para pessoas com deficiência que nos meses de setembro a novembro de 2008 vai qualificar como Operador de Telesserviços, oitenta PNEEs. O curso de 80 horas é formado por dois módulos sendo o primeiro deles instrumental com as disciplinas Leitura e Interpretação de Textos e Informática para Telesserviços; o segundo módulo comportamental é constituído pelas disciplinas: Relações Pessoais, Marketing e Práticas Administrativas.



Figura 4 – Cartaz de Divulgação do Curso EFICIÊNCIA

4. RESULTADOS OBTIDOS

Ao longo oito meses foram realizadas reuniões com entidades representativas de PNEEs tais como a Associação dos Deficientes Físicos do Amazonas (ADEFA), a Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas (ADVAM), a Associação dos Surdos e Mudos do Amazonas (ASMAM), a Associação dos Amigos e Pais das Pessoas com Necessidades Especiais (AAPPNE), onde foram fechadas parcerias para a realização de oficinas e mini-cursos com a participação de profissionais e associados.

Outras parcerias foram estabelecidas com a Secretaria Estadual de Educação, a Secretaria Municipal de Educação, a Superintendência Regional do Trabalho, o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência, a Escola de Educação Especial para alunos com deficiência visual “Joana Rodrigues”, a Federação de Paradesportos do Estado do Amazonas (AFEPAM), e com o Instituto de Pesquisa Sérgio Cardoso.

A Escola municipal Joana Rodrigues tem sido grande manancial de talentos, propiciando a participação nos eventos realizados pelo Projeto CURUPIRA a participação do Grupo Musical “Sem Limites” formado por alunos com baixa-visão e cegos, que apresentam repertório diversificado que vai do samba até músicas românticas internacionais.



Figura 05 – Apresentação do Grupo Musical Sem Limites na Mesa Redonda.

Na reunião com o Engº Manuel Cardoso, representante do Instituto de Pesquisa Sérgio Cardoso é líder do grupo de pesquisa que desenvolveu o projeto do Mouse Ocular, e em sua visita a sala do projeto manifestou sua disponibilidade para o trabalho conjunto no desenvolvimento do espírito de pesquisador nos alunos do curso de Tecnologia em Desenvolvimento de Software que possui maior afinidade com as atividades do Instituto por ele representado.

As atividades de pesquisa iniciarão com o diagnóstico infra-estrutural das dependências do CEFET-AM, no que se refere às barreiras arquitetônicas que impossibilitam a acessibilidade física. Este estudo é realizado por alunos do Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios e coordenado pela Profa. MSc Liliane Brito de Melo, projeto este associado ao programa de iniciação científica – PIBIC. Além, foi iniciado o Projeto de Comunicação e Sinalização Visual das dependências do CEFET-AM, este desenvolvido por alunos do Curso Superior de Tecnologia em Produção Publicitária, e coordenado pelo Prof. MSc Dalmir de Souza Pacheco.

A parceria com a AAPPNE possibilitou a formação do Grupo de Dança Experimental constituído por pessoas com deficiências e coordenado pelo professor Jose Gomes Nogueira, o qual vem trabalhando no desenvolvimento em performances artísticas com a participação de cadeirantes e andantes, cegos e videntes.



Figura 6 – Apresentação do Grupo de Dança Experimental.

Com o objetivo de propor a inserção, no Projeto Pedagógico do CEFET – AM, de orientações que proporcionem diversificação e flexibilização do processo ensino-aprendizagem no currículo escolar foi Criado Grupo de Estudos formado por alunos das licenciaturas em química e ciências biológicas, o qual é coordenado pelo Psicólogo e professor Marcelo Augusto Zacarias; como resultado, pretende-se a publicação de livros onde serão registradas as experiências e as realizações destes pesquisadores.

Também, dentro deste objetivo foram realizadas reuniões com as coordenações dos cursos de licenciatura para orientações sobre as mudanças nos projetos dos cursos que possibilitaram, por exemplo, a inserção no currículo dos cursos da disciplina especial de LIBRAS. Ainda com o intuito de orientar pedagógica e psicologicamente professores e técnicos desta IFES a respeito de assuntos relacionados ao atendimento de PNEE, foram realizados cursos básicos e oficinas de Braille, LIBRAS e Sorobã onde foram qualificados mais de 100 professores e alunos dos cursos de licenciaturas.

Como concretização do objetivo principal do Projeto Curupira I, que tratava da implantação do núcleo, foi construído e inaugurado na unidade sede do CEFET-AM, a sala de coordenação do projeto, ora denominada “ESPAÇO CURUPIRA”, com o anseio de aglutinar os projetos e programas voltados a educação inclusiva executados pelos servidores e funcionários do CEFET-AM e por instituições associadas. Vale salientar que a sala do Espaço Curupira sofreu adaptações físicas visando à melhoria da acessibilidade, dentro do estabelecido pela NBR 9050 (ABNT, 2004) que trata da Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

5. METAS E RESULTADOS ESPERADOS PARA 2008-2009

Com a aprovação do Projeto no Edital INCLUIR 2008 poderemos consolidar e ampliar as ações iniciadas em Acessibilidade e Educação Inclusiva, bem como, implantar novas ações tais como a realização de atividades voltadas ao paradesportismo em parceria com AFEPA. Entre as Metas para 2008-2009 está a divulgação da produção científica através da publicação de jornal acadêmico. Como resultado almeja-se a difusão do conhecimento adquirido e das experiências vivenciadas, o estímulo ao desenvolvimento de novos trabalhos acadêmico-científicos, e a contribuição com a melhoria da informação de servidores e comunidade em geral sobre o tema Educação Especial.

Ainda, o acompanhamento e orientação das ações de Educação Inclusiva nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Licenciatura do CEFET – AM. Com essa ação se espera gerar melhoria no desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem, a efetiva realização da disciplina Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e a informação através de palestras com temas que proporcionem a valorização do acesso e permanência de PNEE no ensino superior.

A divulgação da legislação que assegura o acesso e permanência de PNEE no Ensino Superior é a meta para 2008-2009, dessa forma almeja-se o incremento no número de inscrições no vestibular de PNEE, bem como, contribuir com a Comissão Permanente de Exames do CEFET-AM (COPEX) através da orientação de ações e procedimentos de apoio ao PNEE no vestibular. Também, a eliminação de barreiras arquitetônicas tem sido ação constante do projeto tais como a construção de rampas de acesso e adaptação de banheiros do bloco de ensino superior. Além disso, a promoção e o desenvolvimento das relações entre sensação, percepção, e conhecimento é objetivo das oficinas criativas, de práticas desportivas e paradesportivas, e das atividades sócio-culturais. Dessa forma espera-se melhorar o processo de socialização do PNEE nas atividades do CEFET-AM.



Figura 7 – Paradesportista em exibição/ demonstração durante evento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O paradigma inclusivista adotado pela sociedade em geral tem norteado as ações voltadas à inclusão de pessoas com deficiências ao meio social, seja proporcionando o acesso ao lazer, à escola e/ou ao mundo produtivo. O Projeto CURUPIRA/CEFET-AM, como parte da rede federal tecnológica, através do Programa INCLUIR, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/ MEC), assume o seu papel de aparelho formador e agrega aos seus objetivos e metas ações inclusivas voltadas a alunos e funcionários. Nossas iniciativas têm como objetivos iniciais a quebra de barreiras atitudinais, pedagógicas e arquitetônicas, pois a partir das mesmas poderemos criar uma cultura interna de valorização do ser humano, independente de suas características individuais, proporcionando um ambiente de respeito e solidariedade.

Tomando como base o princípio da educação para todos, adotado pelo sistema educacional brasileiro, o Projeto CURUPIRA/CEFET-AM atua na sensibilização da comunidade interna, bem como firma parcerias com entidades governamentais e não-governamentais com o intuito de solidificar seu trabalho. Os dados consultados mostram um aumento no número de pessoas com deficiência na escola, logo a comunidade e o espaço devem estar preparados para atendê-las. A preocupação com o melhor atendimento possível levou nossa equipe a eleger como prioridade a capacitação de professores, administrativos e alunos em ferramentas necessários a uma boa interação. Desta feita oferecemos oficinas e cursos de LIBRAS, BRAILE e SOROBÃ, bem como as adequações arquitetônicas do espaço da instituição de acordo com a NBR 9050 (ABNT, 2004). Além da capacitação profissional nos interessa alcançar a subjetividade das pessoas com deficiência, para tanto estamos desenvolvendo atividades artístico-culturais e paradesportivas.

Entendemos que o ser humano deve ser incentivado a buscar uma formação total, ou seja, desenvolver todas as suas potencialidades sejam elas físicas, intelectuais e emocionais. Nosso projeto olha com muito carinho as intenções que valorizam o despertar do lado subjetivo do ser. Dentre as inúmeras atividades que

realizaremos com este enfoque, destacamos o grupo de dança com cadeirantes, oficinas de canto, oficinas de basquete adaptado, oficinas de relaxamento e oficinas de cuidadores. Esses trabalhos serão realizados em parcerias com a ADEFA, AAPNE e ADVAM, o que reforça nossa rede de solidariedade e proporciona resultados significativos e de maior abrangência.

O Projeto CURUPIRA/CEFET-AM, toma a dianteira e assume o compromisso de promover a inclusão das pessoas com deficiência no espaço escolar e por consequência ao mundo produtivo, sem deixar de lado aspectos não-materiais, como sensação e percepção. A Educação Inclusiva no CEFET-AM agora é uma realidade e tem no Projeto CURUPIRA o instrumento que proporciona o acesso e permanência de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais em seu espaço de convivência.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ANAMT-AM - Associação Nacional da Medicina do Trabalho. **Legislação Relativa ao Trabalho de Pessoas Portadoras de Deficiência**. Manaus: Gráfica e Editora Silva LTDA, 2001.

BARROS, Aidil J.S. e LEHFELT, Neide A.S. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3ª Edição. São Paulo: PEARSON, 2007.

BARTALOTTI, Celina C. **Inclusão das Pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?** São Paulo: Paulus, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de educação especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 05 de outubro 1988**. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

CAIADO, Kátia R. M. **Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos**. - Campinas, SP: Autores Associados: PUC, 2003. - (Coleção educação contemporânea).

CIDADE, Ruth Eugênia Amarante. **Introdução à educação física e ao desporto para pessoas portadoras de deficiência**. Curitiba: Ed. UFPR, 2001.

CORREIA, Gilka B. e MOREIRA, Laura C. **Transformando “Nós em Laços”: percalços e vicissitudes da Inclusão na Universidade Federal do Paraná**. 2007. Disponível em: http://www.alb.com.br/anais16/sem09pdf/sm09ss02_05.pdf

EDLER, Rosita Carvalho. **Educação inclusiva: com os pingos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística do ensino superior, 2002**. Brasília, 2006.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MORIN, Edgar. **Ética, cultura e educação** / Alfredo Pena-Veja, Cleide R. S. de Almeida, Izabel Petrallia (Org.). – São Paulo: Cortez, 2001.

PACHECO, Eliezer e RISTOFF, Dilvo I. **Educação Superior: democratizando o acesso**. Brasília: INEP, 2004.

PAULON, Simone Mainieri; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca; PINHO, Gerson Smiech. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

ROCQUE, Carlos. Grande Enciclopédia da Amazônia. Segundo volume. Letras C-D. Belém: AMEL, 1968.